



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O Desenvolvimento das Relações Brasil-Paraguai durante o Stronismo**

Ravik de Andrade Xavier

João Pessoa

2017

Ravik de Andrade Xavier

O Desenvolvimento das Relações Brasil-Paraguai durante o Stronismo

Artigo científico apresentado à Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Ms. Matheus Silveira Guimarães

João Pessoa

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

X3d Xavier, Ravik de Andrade.  
O Desenvolvimento das relações Brasil-Paraguai durante o Stronismo [manuscrito] : / Ravik de Andrade Xavier. - 2017.  
31 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação : Prof. Me. Matheus Silveira Guimarães ,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Ditadura. 2. Stronismo. 3. Desenvolvimentismo. 4.  
Integração regional. 5. Relações bilaterais.

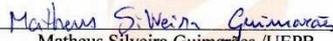
21. ed. CDD 327.8

RAVIK DE ANDRADE XAVIER

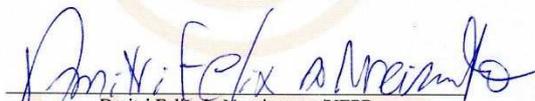
O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI DURANTE O STRONISMO

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais  
da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovado(a) em 12 / 12 / 2017.

  
\_\_\_\_\_  
Matheus Silveira Guimarães /UEPB  
Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
Filipe Reis Melo /UEPB  
Examinador(a)

  
\_\_\_\_\_  
Dmitri Felix do Nascimento /UEPB  
Examinador(a)

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>06</b>
<b>1.A América do Sul no século XIX .....</b>	<b>08</b>
1.1 As tensões em um continente pré-guerra.....	08
1.2 A Guerra do Paraguai e suas consequências.....	10
1.3 O rancor paraguaio e a dependência da Argentina.....	11
1.4. A guerra do Chaco e a instabilidade paraguaia.....	12
<b>2. A política externa de Stroessner e o Brasil.....</b>	<b>14</b>
2.1 O início do Stronismo.....	14
2.2 A Guerra Fria e a América do Sul.....	17
2.3 O plano de desenvolvimento Paraguaio.....	18
2.4. A diversificação dos parceiros econômicos no Paraguai .....	20
2.5. O revisionismo histórico e os novos “heróis da pátria”.....	22
<b>3.A resolução de litígios e os acordos em infraestrutura.....</b>	<b>23</b>
3.1 O caso das sete quedas.....	23
3.2 A construção de Itaipu .....	24
<b>4. A crise dos governos militares e um novo modelo econômico.....</b>	<b>26</b>
4.1 O fim das ditaduras sul-americanas e a redemocratização.....	27
4.2 O neoliberalismo e a globalização.....	29
<b>Conclusão .....</b>	<b>31</b>

## Resumo

Na segunda metade do século XX, vários países sul-americanos foram governados por ditaduras militares, mas o caso do Paraguai é singular. Durante um período de 35 anos sob o comando do general Alfredo Stroessner, alterou sua política externa. Assim, o país revisitou a sua história, pôs de lado rivalidades advindas de guerra, assinou acordos econômicos com o Brasil e contribuiu para a integração regional do continente. O objetivo do artigo é principalmente demonstrar como a aproximação do Brasil e do Paraguai, durante os seus respectivos governos militares, contribuíram para o surgimento de um bloco econômico como o Mercosul. Para tanto, a pesquisa a ser apresentada aborda um período de tempo que compreendeu desde os anos anteriores à Guerra do Paraguai na década de 1860 até pouco depois dos governos militares na América do Sul, mantendo o foco no período Stronista de 1954 a 1989. Logo, o que se pôde observar foi que a aproximação entre os dois países é advinda de uma busca por um desenvolvimento acelerado em um curto período de tempo que os dois países tinham na época. Também se notou que a influência externa na América do Sul foi determinante para o surgimento e a manutenção dos governos militares no continente. Dessa forma, a perspectiva do ponto de vista econômico, baseada em tratados bilaterais, proporcionou uma aproximação significativa entre o Brasil e o Paraguai.

**Palavras-Chave:** Ditadura. Stronismo. Integração Regional. Relações Bilaterais. Desenvolvimentismo.

## INTRODUÇÃO

O artigo a seguir pretende analisar as relações internacionais estabelecidas entre o Brasil e o Paraguai no período de 1954 a 1989. Tal recorte de tempo foi escolhido por ser a época do governo militar de Alfredo Stroessner no Paraguai. Esse período, também conhecido como Stronismo, representou uma grande evolução nas relações entre os dois países. Antes de Stroessner, o Paraguai tinha uma relação muito forte e até de dependência econômica com a Argentina e uma das ações do governo militar foi diversificar os parceiros econômicos, para garantir o desenvolvimento do país. Logo, a aproximação com o Brasil foi considerada. A questão que se põe, a partir disso, é: por que isso ocorreu e quais suas consequências para as relações internacionais da América do Sul?

Observamos o quanto essa aproximação rendeu para o continente sul-americano com

os tratados que foram acordados, em especial, a construção da Ponte da Amizade e da usina de Itaipu, ajudando no caminho para uma maior integração continental que resultou no surgimento do Mercosul em 1991. Dessa forma, é visto que o período do governo Stroessner foi importante para uma mudança de cenário político na América do Sul como um todo, mudando o papel do Paraguai no continente e iniciando um processo que culminou no aprofundamento da integração regional do Cone Sul. Esta é a nossa hipótese principal.

Para garantir essa nova inserção do Paraguai e o fortalecimento do regime, Stroessner baseou-se em um projeto de desenvolvimento. Além disso, o Stronismo teve como importante característica o revisionismo histórico que o governo paraguaio se propôs a fazer. Figuras como José Gaspar Rodríguez Francia, Carlos López e seu filho Solano, que antes eram considerados tiranos, foram alçados ao posto de heróis nacionais com o objetivo de criar um apoio popular ao governo de Stroessner, já que ele se apresentava como continuador ideológico de Solano López. O estabelecimento desses ‘heróis da pátria’ também visava criar um orgulho nacional paraguaio. Nesse sentido, o artigo observará também como o Paraguai pôs a rivalidade com o Brasil de lado - que advinha da guerra de 1864 - em nome de um projeto cujo objetivo era acelerar o crescimento econômico paraguaio.

Além do Brasil, serão vistas – de maneira secundária – as relações do Paraguai com os EUA e a Argentina na mesma época e como Stroessner buscou descentralizar os negócios paraguaios da Argentina e o alinhamento com os governos norte-americanos. Desse modo, será feita uma passagem por esse período da ditadura militar paraguaia com seus projetos, suas contradições, suas aproximações político-ideológicas e o quanto esse período de 35 anos evoluiu as relações do país com o Brasil e, em menor grau, com os demais países da América do Sul, trazendo elementos importantes para pensarmos a integração regional.

De maneira inicial, o artigo apresenta o cenário das relações internacionais na América do Sul na segunda metade do século XIX, procurando contextualizar o período pré-guerra do Paraguai, os motivos que levaram ao conflito, os seus resultados e a repercussão da guerra em momentos futuros do continente. Situar essa guerra é importante, pois ela teve um papel fundamental para as relações internacionais da América do Sul, além de afetar diretamente o processo histórico do

Paraguai.

Logo após, será visto como a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética refletiu na América do Sul, como o fato dos EUA tentarem manter a ideologia comunista fora do ocidente contribuiu para o surgimento das ditaduras militares no continente sul-americano, a exemplo do governo de Stroessner no Paraguai e a ditadura militar no Brasil nesse contexto.

Em seguida, será observado como os acordos econômicos entre o Brasil e o Paraguai – nos períodos militares, principalmente na área de infraestrutura, contribuíram para transformar o que antes era uma rivalidade em uma parceria de benefício mútuo, o que deu base para uma cooperação mais sólida em todo o continente.

Por fim, será visto como essa relação mais próxima levou os principais países da América do Sul a formarem um bloco econômico que procurava não só interligar ainda mais os países do bloco, mas também inserir as nações de maneira mais uniforme.

## **1. A AMÉRICA DO SUL NO SÉCULO XIX**

### **1.1 AS TENSÕES EM UM CONTINENTE PRÉ-GUERRA**

Antes de adentrarmos em como se deu a Guerra do Paraguai, faz-se necessário contextualizar as relações dos países da América do Sul nesse período. A Argentina estava se organizando como Estado em 1861, depois de 30 anos de lutas internas envolvendo suas diversas Províncias e Buenos Aires.

O governador de Buenos Aires, general Bartolomé Mitre, tornara-se o primeiro presidente da Argentina unificada. Ele tinha o receio de que o Paraguai e o governo *blanco* uruguaio, que eram aliados políticos e com divergências comuns com a Argentina em razão da navegação pela bacia do Prata, viessem a tentar desestabilizá-lo apoiando a oposição Argentina contra o novo governo em Buenos Aires.

Mitre pensava que o governo Uruguaio era mais instável que o do Paraguai em razão de pressões que havia sofrido do Brasil. O presidente Argentino então passou a agir para substituir o governo *blanco* de Bernardo Berro pelo colorado de Venâncio Flores. Um governo aliado no Uruguai significaria poder bloquear a navegação

paraguaia em direção ao Atlântico, garantindo assim que o governo paraguaio de Solano López se submeteria a imposições da Argentina.

Os problemas do Paraguai, por não ter uma saída própria para o mar, sempre foram motivos de preocupação para seus governantes. Carlos Antonio López, pai de Solano, assinou em 1853 acordos de livre navegação com as potências europeias e os Estados Unidos e, um ano antes, com a Argentina.

O Brasil, por sua vez, também buscava assegurar o direito de passagem pelo rio Paraguai das mercadorias procedentes de Mato Grosso, tanto que em 1855 uma esquadra brasileira foi enviada para pressionar o governo paraguaio. O conflito acabou não ocorrendo naquele momento, mas deixou claro que nenhum dos países estava disposto a abrir mão da utilização daquela região. Em 1858, o barão do Rio Branco assinou em Assunção um novo tratado de livre navegação no rio Paraguai, o que acalmou os ânimos provisoriamente.

Era notório que os conflitos na região não eram resolvidos de maneira definitiva, e, aproveitando-se disso, a Inglaterra forneceu recursos para que o Brasil e a Argentina atacassem o Uruguai em 1864, obrigando então o Paraguai a declarar-lhes guerra por força do Tratado de 1850 de defesa mútua entre Assunção e Montevideú.

Pode-se considerar que a guerra não foi fruto apenas de uma manipulação inglesa ou uma rusga que o Paraguai tinha com seus vizinhos, mas uma soma de fatores condicionantes que levaram ao conflito, como explica Francisco Doratioto:

A guerra do Paraguai foi fruto das contradições platinas, tendo como razão última a consolidação dos Estados nacionais na região. [...]. A guerra era uma das opções possíveis, que acabou por se concretizar, uma vez que interessava a todos os Estados envolvidos. [...]. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar o seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças a uma aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionados pelos blancos e por Solano López [...]; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.(DORATIOTO, 2002, p. 96).

Percebe-se que as relações internacionais da América do Sul estavam marcadas por tensões devido ao processo de formação dos Estados Nacionais. Esses conflitos

culminaram na maior guerra da região. A Guerra do Paraguai mudou as relações dos países do Cone Sul, não resolvendo as suas rivalidades.

## **1.2 A GUERRA DO PARAGUAI E SUAS CONSEQUÊNCIAS**

As relações entre o Brasil e o Paraguai ficaram tensas com o expansionismo paraguaio. A guerra propriamente dita teve início em novembro de 1864 quando um navio brasileiro foi aprisionado pelos paraguaios no rio Paraguai. Em seguida, aconteceram as invasões ao Mato Grosso, ao Rio Grande do Sul e a Região de Corrientes na Argentina. Após a invasão do Mato Grosso, Solano López atacou o Rio Grande do Sul, tendo solicitado permissão de trânsito em território argentino, algo que foi posteriormente negado pelo então presidente Mitre. Posteriormente, López convocou um Congresso extraordinário para analisar as suas relações exteriores. Nas palavras de Izecksohn:

Em abril de 1865, quatro meses após o início das hostilidades o governo paraguaio solicitou autorização ao governo argentino para cruzar a província de misiones na tentativa de alcançar o Uruguai e mudar o destino da guerra civil daquele país. O presidente Argentino, Bartolomeu Mitre, recusou essa permissão. Os unitários argentinos apoiavam os colorados e pretendiam manter a neutralidade no conflito entre o Brasil e o Paraguai (IZECKSOHN, 2009. p.395).

Em 1865, a guerra foi oficialmente declarada pelo Paraguai com algumas justificativas: o não reconhecimento pelos outros países do direito Paraguaio de acesso ao mar pelo rio Uruguai, a proteção que a imprensa argentina dava ao Brasil no conflito com o Uruguai, e os mercenários argentinos que se vendiam ao Império do Brasil eram algumas delas. O Paraguai, então, considerou indubitável a existência de uma aliança entre Brasil e Argentina.

Ainda em 1865, ocorreu a batalha de Riachuelo quando as tropas brasileiras derrotaram as paraguaias. Já em 1866, o Paraguai foi invadido, o que culminou com a chegada das tropas da Aliança em Assunção em 1869, consagrando assim a vitória da aliança sobre os paraguaios.

Com a formação da aliança Brasil-Argentina e a inserção do grupo colorado de Venâncio Flores do Uruguai nesta, a criação de um tratado pelo então presidente Mitre

visava o estabelecimento da paz na América do Sul e reforçar os laços comerciais com a Europa. O tratado assegurava que a guerra era contra o governo do Paraguai e não contra seu povo, cujo principal objetivo seria a deposição de Solano López. No fim da guerra, deveriam ser observadas a soberania e a integralidade do território do Paraguai uma vez que fosse aplicado o artigo 16 no qual os aliados reintegrariam seus territórios invadidos pelo Paraguai.

A tríplice aliança também impôs ao Paraguai o pagamento de indenizações aos adversários logo após a guerra. O governo que sucedesse o de Solano López seria responsável pelo pagamento dos gastos do conflito feitos pelos governos aliados, bem como a reparação de danos a propriedades públicas e particulares feitos aos países aliados. Tal medida acabou por prejudicar seriamente a economia paraguaia, a qual nunca conseguiu se recuperar totalmente.

O resultado do conflito acabou se provando desastroso para os paraguaios, algumas fontes chegam a citar que 75% da população paraguaia perecera no final da guerra, tenha sido pelo conflito em si, fome ou doenças. (CHIAVENATTO, 1988).

Outro grande interessado no conflito, a Inglaterra, acabou se beneficiando bastante. Os países da tríplice aliança pegaram empréstimos para financiar a guerra e o Paraguai já não era mais visto como ameaça à influência Inglesa no continente.

### **1.3 O RANCOR PARAGUAIO E A DEPENDÊNCIA DA ARGENTINA**

No pós-guerra, o Paraguai começou uma longa relação de dependência comercial com a Argentina, o que foi totalmente diferente do desenvolvimento e autonomia que o havia desfrutado antes do conflito.

O comércio acabou se tornando a rota de salvação para a economia paraguaia, entretanto, este estava na mão de poucos importadores e exportadores que tinham conexões em Buenos Aires, o que acabou tornando o Paraguai um país de armazenamento e produção de produtos primários os quais acabavam sendo revendidos nos portos argentinos.

Como a maioria do comércio era intermediado pela Argentina, boa parte dos lucros acabavam ficando por lá. A relação de dependência era tão forte que o peso argentino chegou a ser utilizado como moeda padrão para o comércio exterior no Paraguai. Os paraguaios chegaram a desejar uma guerra entre Brasil e Argentina que, naquele momento, poderia beneficiá-los.

Governos e facções políticas paraguaias buscaram, sim, em momentos críticos da luta pelo poder, indispor o Brasil com a Argentina de modo a obter favores de um deles, ou ainda, indispor-los com facção política adversária no país guarani. Pode-se mesmo dizer que, nessa época, a exceção de alguns poucos líderes políticos, a sociedade paraguaia julgava inevitável ou, então, desejava uma guerra entre o Brasil e a Argentina. Aqueles que a julgavam inevitável baseavam-se na histórica Rivalidade argentino-brasileira, enquanto os que desejavam o conflito consideravam que a guerra beneficiaria o Paraguai. Ao finalizar a década de 1910, cristalizou-se entre os principais líderes do liberalismo radical no poder no Paraguai, a percepção de que O progresso econômico do país era prejudicado pela sua dependência da Argentina. Em setores da sociedade paraguaia, desenvolveu-se ressentimento em relação aos governos argentinos, considerados insensíveis as necessidades do Paraguai e ao mesmo tempo havia admiração pelo progresso material e cultural da Argentina (DORATIOTO, 2012p.523).

Em 1916, um tratado de livre comércio foi assinado, que estabelecia um regime de recíproca liberação de tarifas, o que gerou controvérsia principalmente com os produtores de tabaco argentino, com receio da concorrência dos produtos paraguaios. No fim da década de 1910, a dependência econômica do Paraguai com relação à Argentina encontrava-se numa situação insustentável, anos de um comércio exterior praticamente unilateral fizeram o Paraguai pensar numa lenta reaproximação com o Brasil nas duas décadas seguintes. O rancor que havia restado pela derrota na guerra haveria que ter de ser deixado de lado para o bem da economia do Paraguai. Alguns fatores que auxiliaram nessa reaproximação foram a própria situação do Paraguai; o fato de que o governo Imperial do Brasil o qual o Paraguai considerava um dos principais responsáveis pela guerra já não existia mais e também o fato de que uma boa relação com o Brasil poderia oferecer outras saídas para o mar, o que diminuiria bastante a dependência dos portos argentinos.

#### **1.4.A GUERRA DO CHACO E A INSTABILIDADE PARAGUAIA**

Já na década de 1930, o Paraguai se envolveu em um novo conflito, dessa vez com a Bolívia. A guerra em questão era pela região do Chaco Boreal onde foi descoberto petróleo. A área já era motivo de litígio entre os dois países e tentativas de delimitação de território nunca chegavam a um acordo. Em 1932, no entanto, o exército

boliviano invadiu a região. Um ano antes, o governo do presidente boliviano Daniel Salamanca havia cortado relações diplomáticas com o Paraguai, o que já havia gerado tensão na região. Para o Paraguai, a região do Chaco era muito importante, não só por ser uma área onde se encontrava metade do rebanho bovino do país, mas também por representar em grande parte o território paraguaio que, sem essa região, ficaria limitado a 160.000 km<sup>2</sup> (BANDEIRA,1988).

Apesar de não estar envolvida belicamente no confronto da guerra do Chaco, a Argentina era grande interessada no resultado do conflito, pois caso a Bolívia fosse vencedora e conseguisse uma saída para o mar, a Argentina temia que os bolivianos dominassem o comércio de petróleo na região, pondo fim a sua produção em Comodoro Rivadavia.

O Chile, por sua vez, tomou o partido da Bolívia juntamente com o Peru, tendo em vista os futuros investimentos estrangeiros em uma consolidada bacia de petróleo na região do oceano pacífico. Nas palavras do general brasileiro Waldomiro Castilho de Lima, Inspetor do 1º. Grupo de Regiões Militares, esse "Bloco do Pacífico – Bolívia, Chile e Peru- e os interesses ali representados por vultosos capitais norte-americanos, que terão rendas fabulosas quando estiverem estabelecidos os transportes convenientes para o petróleo, eram antagônicos aos do Prata e certamente ofereceriam certas restrições à expansão argentina após a guerra.

Já o Brasil, via conflito chegar às suas fronteiras. Nos anos da Guerra do Chaco, as regiões de Santa Cruz de la Sierra e El Beni na Bolívia funcionavam de maneira quase que autônoma o que assustava o governo brasileiro que temia uma incursão estrangeira pela região amazônica. A tensão na região era tanta que um grupo de mediadores com representantes dos EUA, Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai se reuniu em Buenos Aires. Após um entendimento com o governo de Justo Rolón da Argentina, a administração Vargas no Brasil resolveu não apoiar nenhuma das partes na guerra do Chaco, sendo um esforço para que os países já debilitados pela guerra declarassem um cessar fogo.

O fim da guerra só se deu oficialmente com a assinatura do acordo de paz entre Paraguai e Bolívia no ano de 1938. Nenhum dos países conseguiu efetivamente alcançar os seus objetivos com a Guerra. A Bolívia não conseguiu que seu território se expandisse até o mar e o Paraguai, por sua vez, não obteve sucesso em chegar à zona de petróleo na região do rio Parapeti. O petróleo da região, no entanto, frustrou as expectativas dos países e o impulso financeiro que seria alcançado por ele não veio

(BANDEIRA,1998).

No período pós-Guerra do Chaco, o Paraguai ainda sofreu com uma guerra civil durante o governo de Higinio Morínigo. Apoiado pelo partido colorado contra civis do partido liberal e uma ala das forças armadas, com um perfil bastante ditatorial, Morínigo suspendeu a constituição e proibiu os partidos políticos, o que acabou gerando uma revolta que culminou numa guerra civil. A guerra civil, por sua vez, acabou deixando um número elevado de mortos, exilados e presos políticos, o que contribuiu para a instabilidade do Paraguai pós conflito. Após a saída de Morínigo, em 1948, o país teve quatro presidentes no período de dois anos (1948-1949) até a posse de Federico Chávez em setembro de 1949. Este, por sua vez, foi substituído por Stroessner conforme veremos em seguida.

A partir desses acontecimentos, é perceptível que a região da América do Sul foi marcada por constantes conflitos no decorrer do século XIX e início do século XX. Porém, o contexto da Guerra Fria fez com que houvesse uma mudança nas relações entre os países da região. Os conflitos não acabaram, mas, agora, haviam outros interesses, reforçando a área como zona de influência dos EUA. É nesse período que surge o governo de Alfredo Stroessner.

## **2.A POLÍTICA EXTERNA DE STROESSNER E O BRASIL**

### **2.1 O INÍCIO DO STRONISMO**

Alfredo Stroessner Matiauda assumiu a presidência do Paraguai em 15 de agosto de 1954. Antes disso, havia tido uma bem-sucedida carreira militar com participação na Guerra do Chaco e na repressão a Revolução dos Pynandí, como ficou conhecida a guerra civil Paraguaia de 1947. Stroessner tornou-se também o general de brigada mais jovem da América do Sul.

O governo de Stroessner se caracterizou por ser centralizador e intervencionista. O general pregava a busca por um desenvolvimento que tirasse o país da estagnação econômica das décadas de 1930 e 1940. Nesses anos, vários fatores contribuíram para o mau momento econômico do Paraguai. A crise mundial após a quebra da bolsa de 1929, a Guerra do Chaco e a Segunda Guerra Mundial puseram o país em uma crise financeira de difícil saneamento.

Após o golpe que o conduziu ao poder em 1954, Stroessner procurou estreitar

laços econômicos com o Brasil e com os EUA, sabendo que o desenvolvimento do Paraguai dependeria muito das relações com esses dois países. Além disso, a política stronista tinha um forte investimento nas forças armadas, nas quais ele investiu grande parte do orçamento governamental. Tudo isso visava também a manutenção do poder e subjugar a oposição ou qualquer forma de questionamento. Stroessner também reduziu a liberdade de imprensa e manteve uma política bastante repressora.

Para se manter no poder, Stroessner buscava aumentar sua popularidade com um discurso nacionalista em que se apresentava como seguidor de Solano López, herói da nação paraguaia, além do que manteve o formato do governo republicano embora tanto o Legislativo quanto o Judiciário estivessem povoados de seus correligionários do partido Colorado, ou seja, a estrutura era republicana, mas o sistema não se fiscalizava como deveria. Aliando o discurso populista sobre governantes passados e um sistema político viciado, Stroessner conseguiu ser reeleito outras sete vezes. A última ocorreu em 1988. No início de 1989, no entanto, o longo governo de Stroessner chegaria ao final. Um golpe de estado liderado pelo General Andrés Rodríguez (também do partido colorado e antigo aliado de Stroessner) acabou por dar fim ao Stronismo.

“Don Stroessner”, mesmo sem ser um líder carismático, utilizou as mais diversas instâncias para instituir o culto à sua personalidade: suas fotos estavam em toda parte, as rádios difundiam peças musicais como a polca “Don Alfredo”, e várias autarquias, estradas, aeroportos, bairros e mesmo cidades, como Puerto Stroessner (atual Ciudad del Leste) foram batizadas e/ou renomeadas com seu nome. Stroessner centralizava em torno de si as principais decisões de Estado e acompanhava com muita atenção a movimentação dos diversos grupos político-sociais paraguaios (LEWIS, 1986, p. 200).

É importante, no entanto, compreender as condições e a forma em que Stroessner assumiu o poder. Após a guerra civil paraguaia, o país enfrentava uma crise econômica com assassinatos em massa e cidadãos exilados. Enquanto isso, o Partido Colorado paraguaio que havia saído vencedor da guerra, enfrentava um conflito interno. O país chegou a ter 6 presidentes diferentes em 15 meses.

Com o fim da guerra civil o Paraguai passou a ser contemplado pelo programa “Ponto Quatro” dos EUA, esse programa incluía empréstimos e a visita de técnicos norte-americanos, especialmente do setor agropecuário. Estima-se que entre 1942 e 1952 os EUA investiram 6,1 milhões de dólares em seus programas no Paraguai (CERES,2000). No entanto, a instabilidade política e social já era enorme, o que

culminou com a destituição do presidente Federico Chávez em 1954. Após se filiar ao Partido Colorado, Stroessner que havia trabalhado pela destituição do presidente Chávez, assumiu o poder de forma interina e foi eleito presidente sem adversários nesse mesmo ano. Com o Partido Colorado dividido, Stroessner era visto como a única forma de manter a unidade, já que seu nome não encontrava grande resistência de nenhuma das alas do partido.

Concluindo a Guerra Civil do ano 1947, as contínuas lutas políticas internas entre os líderes Colorados facilitaram a chegada de Alfredo Stroessner ao poder, pois as divisões dentro do partido acabaram posicionando a Stroessner como a “garantia da unidade do partido Colorado”, porém a chegada dele representou antes de tudo a perda do poder do partido Colorado em favor das Forças Armadas (FARIÑA e IBARRA,2014, p.246).

No começo de seu governo, Stroessner procurou manter um controle próximo das forças armadas e oprimir os direitos constitucionais que ele julgava terem sido parte de “50 anos de anarquia no Paraguai”. Assumiu também uma política repressiva e anticomunista fortíssima. As políticas adotadas por Stroessner foram responsáveis pela morte de 3 a 4 mil pessoas, outras milhares de torturas e prisões políticas. Além disso, concedeu asilo a ditadores derrotados de outros países como o nicaraguense Anastasio DeBayle (CAWTHORNE, 2015).

O governo de Stroessner também se caracterizou pela centralização dos poderes, tendo controle das forças armadas, do Estado e do Partido Colorado o que fez com que os militares tivessem privilégios como poder manter um vínculo empregatício civil além do militar e que membros do Partido Colorado ocupassem altos cargos no governo do Paraguai. (SOSTOA, CÁCERES, ENCISO, 2012)

Um ano após a revolução cubana que pôs Fidel Castro no poder em 1959, o governo de Stroessner cortou relações com Cuba e fez visitas aos Estados Unidos, na época, comandados pelo presidente Lyndon Johnson. Um dos atos políticos de Stroessner mais criticados pela imprensa internacional foi ter dado asilo político a conhecidas figuras do regime nazista como Josef Mengele e Eduard Roschmann.

Economicamente, a política Stroenista implementou medidas para tentar recuperar o país de uma crise financeira. Após um acordo com o Brasil, a Argentina e o Uruguai, Stroessner conseguiu que os produtos paraguaios fossem exportados pelo Rio da Prata. Foi responsável também pela construção da cidade de Puerto Flor de Lis, atualmente chamada de Ciudad Del Este. Antes de adentrarmos na política externa do

governo Stroessner, precisamos compreender o contexto da Guerra Fria e seu impacto nas relações internacionais da América do Sul.

## **2.2 A GUERRA FRIA E A AMÉRICA DO SUL**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a União Soviética passaram a representar mais do que dois países vitoriosos. O que se viu também foram dois modelos de produção que buscavam por influência política no resto do mundo, o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético. Os países da América do Sul sempre tiveram uma aproximação maior com os EUA. Porém, em meados dos anos de 1950 e 1960, os países do sul tinham governos nacionalistas e simpáticos a causas trabalhistas, o que não agradava os EUA que já havia sofrido uma derrota política com a revolução cubana.

A Guerra Fria na América Latina teve dois momentos. O primeiro momento, entre 1945 e 1946, se caracterizou pela democratização, tendência à esquerda e militância trabalhista. O segundo momento, a partir de 1947, leva para o lado oposto, perseguindo a esquerda e promovendo golpes com apoio dos EUA (BETHELL, ROXBOROUGH, 1996, p.18). Essa mudança se deu, porque, com o avanço das forças de esquerda e organização dos trabalhadores, houve um recuo no processo de democratização e medo à “ameaça comunista”.

No caso da Ditadura Paraguaia, o que houve de incomum foi que o presidente Federico Chávez, deposto por Stroessner, não era socialista ou simpático às causas da ideologia. Na verdade, pertencia ao mesmo partido de Stroessner, o Colorado. Porém Chávez adotava uma política independente das instituições financeiras internacionais o que desagradava o governo dos EUA. O golpe de Stroessner foi articulado, como em outros países da América do Sul, pelos EUA

Em Lima, Peru, pouco antes de assumir, e em Marechal Estigarribia, no Chaco paraguaio, pouco depois de assumir a Presidência, Stroessner se reuniu em segredo com membros do Comando Sul dos Estados Unidos. Ali assinou um pacto com altos oficiais americanos e brasileiros, dentro do plano hemisférico de aliados anticomunistas no marco da guerra fria e da Doutrina da Segurança Nacional, que seria implantada na década de 1960, por meio da ditadura do Brasil (LOPEZ, 2011, p.443).

Já nos anos 1960, o governo Kennedy nos EUA criou a chamada Aliança para o

Progresso que buscava de uma vez por todas manter os países da América do Sul no bloco capitalista. Esse plano buscava divulgar o modelo norte-americano de produção, abrir os mercados dos países sul-americanos aos EUA e conter possíveis revoluções socialistas para que a Revolução cubana não se repetisse agora na América do Sul.

Com a morte de Kennedy em 1963, no entanto, essa abordagem sutil foi substituída por uma política de apoio a golpes de estado em países com qualquer inclinação que os EUA julgassem socialista.

No Brasil, por exemplo, o governo de Jânio Quadros tomou algumas ações que desagradaram os norte-americanos como a concessão da ordem da Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul ao líder da Revolução cubana Ernesto Che Guevara. Com a dura oposição exterior, Jânio Quadros acabou deixando o governo no mesmo ano em que assumiu em 1961. O seu sucessor João Goulart também não teve um governo tranquilo. Acusado de ter aliança com o bloco comunista, Goulart tomou algumas medidas que revoltaram a elite financeira do Brasil e o capital internacional, tanto que os EUA puseram em curso a chamada operação Brother Sam, que pretendia dar apoio bélico ao golpe de 1964 no Brasil contra qualquer ala militar que estivesse favorável à manutenção no poder de João Goulart.

A partir de 1964, o militarismo na América Latina entra em uma nova fase, sendo os militares “senhores de tudo”. Nesse sentido, mesmo tendo características em comum com os demais países, o Paraguai foi um caso a parte.

Stroessner e seu regime cabem muito mais adequadamente em um eventual capítulo sobre os senhores da guerra dos primeiros anos pós-independência ou do início do século do que no quadro atual, de presença institucional das Forças Armadas no Poder (ROSSI, 1987).

Apesar de ter características específicas, o Paraguai teve características em comum com seus vizinhos que acabaram mudando as relações internacionais da região. O principal objetivo de sua política externa, nesse período, foi a questão do desenvolvimento.

### **2.3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARAGUAIO**

Após a 2ª Guerra Mundial, surge no mundo a ideia da necessidade de promover o desenvolvimento econômico, inclusive, para evitar novas guerras. Um exemplo disso

é a criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na ONU. Uma das promessas mais destacadas do governo Stronista foi o trabalho pelo desenvolvimento do país. O Paraguai, como os demais países de governo militar à época, tinha um projeto de crescimento econômico que servia também como propaganda para o sistema capitalista. A fim de evitar a todo custo a influência soviética na América Latina, os EUA financiaram por meio de empréstimos os projetos de desenvolvimento de países da América Latina, o que gerou um crescimento inicial e uma crise econômica nos anos 1980.

Durante o governo de Stroessner o Paraguai adotou uma política de interesses econômicos que objetivava manter boas relações com o Brasil, a Argentina, os EUA e os países da Europa. A política externa do Paraguai à época pode ser entendida como uma política pública coerente, uma vez que localizado no meio dos maiores países do continente, em um momento voltava suas atenções para a Argentina, em outro, para o Brasil, de forma que essa política ficou conhecida como pendular. O governo de Stroessner tentou equilibrar as relações com os dois países uma vez que era vista como importante uma aproximação com o Brasil e no caso da Argentina ainda existia uma dependência do porto de Buenos Aires para o escoamento de produtos paraguaios. (BIRCH,1988)

O general Stroessner pensava numa diversificação dos parceiros econômicos do país e não apenas com que o Paraguai ficasse restrito aos negócios com a Argentina. Como afirma Cerro (2007, p. 154):

A política exterior de Stroessner orientava-se por dois objetivos: atenuar fortemente a tradicional dependência política e econômica diante da Argentina e abrir seu país à concorrência estrangeira para impulsionar o desenvolvimento com base na exploração de presumíveis depósitos de petróleo no território do Chaco.

Ou seja, o governo de Stroessner queria se afastar da Argentina e se aproximar de outros países para garantir maior autonomia e desenvolvimento. Para isso, foram feitas obras de infraestrutura interna no país e, em parceria com o Brasil, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e a Ponte da Amizade que liga as cidades de Foz do Iguaçu no Brasil e Ciudad del Este no Paraguai.

Stroessner também pegava empréstimos com o Banco Mundial para financiar seus projetos e os renegociava posteriormente. Para ambos os problemas, o Brasil se

apresentava como uma via de solução. Dessa forma, o governo paraguaio procurou firmar parcerias com o Brasil, que também via o Paraguai como um parceiro político e econômico vantajoso.

O estímulo ao patriotismo, ao trabalho e à valorização de figuras históricas como Solano López eram parte do plano de Stroessner para manter o moral do povo paraguaio em alta, a população satisfeita e produzindo. O auge dessa política desenvolvimentista ocorreu justamente nos anos da construção de Itaipu entre 1975 e 1982, com geração de empregos e um fluxo financeiro nunca visto antes no Paraguai, sendo um importante passo no processo de integração regional dos países do Cone Sul.

O desenvolvimento paraguaio só era possível em razão de uma aliança anticomunista com os EUA, que, por sua vez, enviou ao Paraguai cerca de 53,2 milhões de dólares de ajuda norte-americana (MORA, 2001; FARINA, 2003), o que acabou contribuindo para que o país chegasse a crescer numa taxa de 11% ao ano entre 1977 e 1980.

Stroessner usava esse discurso desenvolvimentista para tentar legitimar as atrocidades cometidas em seu governo e considerava inimigos da pátria os que questionavam esse pensamento, apesar de ter pontos contraditórios evidentes como a adoração de um herói de guerra do Paraguai como Solano López e a aproximação ao inimigo histórico da guerra, o Brasil. Vale ressaltar que medidas como essas foram tomadas por todos os governos militares do período na América do Sul.

#### **2.4. A DIVERSIFICAÇÃO DOS PARCEIROS ECONÔMICOS NO PARAGUAI**

A extensa ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) buscou cultivar uma próxima relação com o Brasil em virtude não só de obter mais uma opção para o escoamento de seus produtos, mas também para diminuir a importância financeira e política da Argentina no país. O governo de Stroessner buscou também alinhar a sua política externa a dos Estados Unidos.

As relações entre o Paraguai e os EUA se desenvolveram bem no início do Stronismo, em 2 de setembro de 1954. Apenas 17 dias após Stroessner assumir o poder, o Eximbank aprovou um crédito de 7,2 milhões de dólares para financiar a compra de serviços e equipamentos norte-americanos para que fosse instalada uma rede de água potável em Assunção (MORAES, 2000, p. 82).

Já nos anos 1960 os EUA começaram a pressionar o Paraguai para que

resolvesse alguns problemas internos. Questões como lavagem de dinheiro e tráfico de drogas eram uma preocupação para o governo norte-americano, já que acabavam prejudicando os americanos. Durante o governo Jimmy Carter, na segunda metade dos anos 1970, um embaixador norte-americano denunciou casos de desrespeito aos direitos humanos cometidos pelo governo do Paraguai. Diante disso, a ajuda financeira aos paraguaios foi diminuída gradualmente até que no governo de Ronald Reagan nos anos 1980 ela foi cortada. Na ocasião, os EUA estavam implementando uma forte política antidrogas e julgavam o Paraguai permissivo com relação ao tráfico.

Com relação ao Brasil, o governo de Stroessner procurou chamar a atenção para as capacidades hidráulicas do Paraguai. O Brasil, por sua vez, via no Paraguai um importante aliado para se tornar líder regional.

Em 1957, os dois países assinaram os primeiros de uma série de acordos que iniciaram uma frutífera cooperação do ponto de vista econômico e estrutural: a pavimentação de estradas na região da fronteira, a construção da usina de Aracay e da Ponte da Amizade geraram uma aproximação que resultou em projetos maiores.

Em relação à Argentina, o governo de Stroessner teve dois momentos bem distintos. Logo após o golpe que o levou à presidência, Stroessner reorientou a política externa paraguaia e iniciou um processo de distanciamento em relação a Buenos Aires. Uma de suas primeiras medidas foi denunciar o Convênio da União Econômica entre Argentina e Paraguai, assinado em 1953 (MORAES, 2003, p. 382-383).

Em alguns momentos desse período, as relações entre Argentina e Paraguai se estremeceram, tendo a possibilidade de conflitos entre ambos. O Paraguai se aproximava do Brasil para garantir sua segurança. Entretanto, o governo brasileiro tentou intervir para que se evitasse um conflito. Como informa o diplomata Jobim:

[...] conviria uma pronta ação diplomática nossa [...] tendente a alertar o governo paraguaio para os riscos que comporta uma política de atritos com a República da Argentina e também para convencer o governo de Buenos Aires de que não somos os instigadores dessa política e que, ao contrário, consideramos que está no real interesse do Brasil que as relações argentino-paraguaias se processem num clima de confiança mútua para a tranquilidade dos três países (JOBIM Apud CERVO, 2007, p. 153).

Após a ação diplomática do Brasil, houve uma reaproximação do Paraguai com o Brasil e a Argentina. O presidente Argentino Juan Perón passou a buscar um maior vínculo ao Paraguai, chegando a fazer ofertas para a construção de duas hidrelétricas de

um modo parecido com o acordo do Brasil e do Paraguai por Itaipu. A partir da morte de Perón, no entanto, a aproximação entre os dois países enfraqueceu, a Argentina passou a enfrentar uma instabilidade política, crises econômicas vieram e a derrota na Guerra das Malvinas minaram os recursos argentinos.

## 2.5 O REVISIONISMO HISTÓRICO E OS NOVOS “HERÓIS DA PÁTRIA”

Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo Stroessner foi providenciar uma releitura da história paraguaia. Personagens antes considerados déspotas foram exaltados ao posto de heróis da pátria. Solano López que era tido como um governante irresponsável que levou o país a uma guerra que o Paraguai não poderia vencer contra a tríplice aliança passou a ser visto como um patriota que buscava a independência política e econômica de seu povo. José Gaspar Rodríguez Francia, ex-ditador do Paraguai do início do século XIX e Carlos López pai de Solano e também ex-governante foram outros que tiveram a imagem pessoal reescrita.

O objetivo de Stroessner por trás de todo esse revisionismo histórico foi legitimar o próprio governo. Stroessner se via com um pensamento muito próximo ao de Solano López. A busca pelo desenvolvimento, aliada ao orgulho nacional e ao expansionismo a qualquer custo, além da desqualificação dos adversários políticos eram características dos dois governantes.

Stroessner chegou a financiar historiadores e obras cinematográficas como *Cerro Corá* (1978) que apresentava uma versão romantizada da guerra do Paraguai onde os países da Tríplice Aliança eram mostrados como covardes e Solano López como um líder imponente na defesa de seu povo. Esses elementos ajudaram a construir no povo paraguaio a ideia de Stroessner como sucessor do grande herói de guerra, o que impulsionou sua popularidade.

Solano López, de perverso e tirano – apresentado pela historiografia tradicional – transformou-se num herói – consagrado pela corrente revisionista da história daquele país. Sua figura passou a representar o ideal de homem paraguaio: guerreiro e nacionalista. Como será visto, foi durante o governo ditatorial de Alfredo Stroessner que a exaltação de Solano López alcançou seu ponto máximo, encontrando em *Cerro Corá* um grande disseminador dessa imagem positiva. Como também será visto adiante, o filme irá retratar três importantes batalhas da guerra: a de Curupaiti (1866), a de Piribebui (1869) e a de Cerro Corá (1870), batalha esta marcada pela morte de

Solano López, e que dará nome à produção cinematográfica (SOUSA,2013, p,100).

Outra obra significativa do revisionismo histórico foi o lançamento de "A Guerra do Paraguai – Grande negócio!"(1968) do escritor Leon Poder, o livro apresentava a Inglaterra como grande culpada pelo conflito, manipulando o Brasil, a Argentina e o Uruguai para que destruíssem o Paraguai. Tal visão foi adotada também para aliviar a culpa desses países no conflito, já que o Paraguai buscava uma maior aproximação, especialmente com o Brasil.

É possível também traçar um paralelo entre a exaltação dessas figuras históricas do Paraguai ao que ocorreu no Brasil. No mesmo sentido como o Marechal Deodoro da Fonseca foi alçado ao posto de herói de guerra após a vitória na guerra contra o Paraguai, Deodoro tinha participado também do cerco a Montevideo durante a deposição de Anastasio Aguirre do governo do Uruguai. As duas figuras militares foram usadas como exemplo de patriotismo e de coragem por historiadores de seus respectivos países.

### **3.A RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E OS ACORDOS EM INFRAESTRUTURA**

#### **3.1 O CASO DAS SETE QUEDAS**

Com o projeto desenvolvimentista bem propagandeado tanto no Brasil quanto no Paraguai, os regimes ditatoriais de ambos os países começaram a procurar projetos que servissem como símbolo do discurso de desenvolvimento que era pregado. Tanto a disputa pela região do Salto das Sete Quedas, quanto a construção de Itaipu foram usados para tentar legitimar e atrair apoio popular aos governos militares. Ao mesmo tempo, acabou aproximando as relações entre os dois países.

O Salto das Sete Quedas era localizado na divisa entre o Brasil e o Paraguai. Era considerado uma grande atração turística por terem sido as maiores cachoeiras do mundo em volume de água. Antes do turismo, no entanto, foi umas das disputas territoriais mais longas da história do Brasil. Em 1750, o Tratado de Permuta assinado pela Espanha e por Portugal que descrevia os limites dos territórios das colônias dos dois países na América do Sul não deixava claro a quem pertencia a margem direita do Rio Paraná. A questão se arrastou por séculos até que a Guerra do Paraguai trouxe a

questão de volta com ambos os países ainda jovens e definindo seu território. Após a assinatura do tratado de paz em 1872, foi designada uma comissão mista para demarcar a região. A comissão acabou não gerando acordo e o problema persistiu.

Já em 1962, quando a imprensa brasileira começou a divulgar ideias para a aproveitamento energético da região de Sete Quedas, o Paraguai protestou. A região dos Saltos mais uma vez se tornava um tema de litígio entre os dois países. Em 1965, logo após tropas brasileiras ocuparem a região ocorreu uma grande mobilização popular na capital do Paraguai (COLMÁN, 2014).

A presença das tropas brasileiras na região era justificada pelo presidente Humberto Castelo Branco como a forma que o Brasil encontrara para manter vigilância e prevenir a formação de grupos guerrilheiros na região. Os paraguaios por sua vez temiam que o Brasil objetivasse o controle total da região. (DEBERNARDI, 1992).

Essa instabilidade na região preocupava Stroessner, e, estrategicamente, era importante construir uma boa relação com o Brasil que era visto como alternativa à dependência econômica paraguaia da Argentina. Para não prejudicar esse planejamento, e também observando o uso da capacidade energética da região, a diplomacia do Paraguai se esforçou para encontrar uma solução pacífica para a região.

Após a deposição de João Goulart em 1964, o Brasil também entrou num período de governo militar, o que facilitou o entendimento entre os dois países. Ambos consideravam que uma obra que aproveitasse o potencial da região reforçaria o discurso desenvolvimentista dos dois países, além de ajudar na consolidação do regime. A inundação de Sete Quedas para o surgimento do lago de Itaipu só se deu em outubro de 1982, quando as comportas começaram a inundar o conjunto de cachoeiras.

### **3.2 A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU**

A construção da usina binacional de Itaipu acabou por resolver a questão das Sete Quedas que foram inundadas pela água de Itaipu. A ideia de construção de uma usina que contemplasse os dois países existia desde 1962, como já informamos. Já em 1965, o diálogo nesse sentido foi deixado de lado uma vez que o Brasil realizou um deslocamento militar para a área em disputa. Para evitar uma nova guerra, os dois países passaram a se esforçar rumo a uma solução diplomática. A construção da Ponte da Amizade foi um marco que permitiu uma maior integração e diminuiu as tensões entre os dois países (ESPÓSITO NETO, 2012).

A construção da usina começou a se tornar realidade com a assinatura da Ata do Iguazu em 1966. Esse documento assinado pelos dois países deixava explícita a vontade de ambos de aproveitar o potencial hidráulico da região numa área que compreenderia de Sete Quedas até a foz do Rio Iguazu.

Com o início dos estudos para a construção da usina foi proposto um alargamento significativo da área em disputa, o que acabou por cessar de uma vez por todas os conflitos sobre aquele território. Com a criação de uma comissão mista para fazer valer os pontos tratados na Ata do Iguazu, a viabilidade da obra foi sendo analisada de maneira mais detalhada.

O Brasil por sua vez fora atraído pelo potencial hidráulico do Paraguai e também considerava o país um importante aliado na região. Como no Paraguai uma das bases para a manutenção da ditadura militar no país era o desenvolvimento nacional, posteriormente com o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) promovido pelo governo Médici em 1972, os investimentos do Brasil em infraestrutura aumentaram substancialmente e contemplaram o projeto de Itaipu. Tal plano obteve um crescimento médio de 11,2% ao ano só sendo interrompido pela crise do petróleo em 1974 o que levou Ernesto Geisel, sucessor de Médici a lançar o segundo PND em 1974 (SILVEIRA e RATHMANN,2007). Com isso, o Brasil dava continuidade a sua política exterior de aproximações bilaterais com seus vizinhos (CERVO; BUENO, 2008).

Já em 1973, o tratado que deu validade legal à obra foi assinado e no ano seguinte uma empresa de caráter binacional foi criada para administrar a construção da usina. A Argentina por sua vez, preocupava-se que com o acordo entre os dois países ela acabaria prejudicada com relação os direitos sobre as águas do Rio Paraná, chegando a oferecer duas hidrelétricas (Yaciretá e Corpus), em termos similares ao acordo brasileiro-paraguaio de Itaipu. Perón buscava cindir a aliança entre Brasil-Paraguai, ao suscitar a questão da ciclagem, e impedir a construção de Itaipu por meio de questões técnicas, como a necessidade da harmonização do nível das cotas da lâmina d'água entre o projeto de Itaipu e de Corpus (PARDO, FRANKEL,2004, p, 239). Essa questão posteriormente foi levada à Assembleia Geral das Nações Unidas e o problema só se resolveu com o acordo Tripartite em 1979. Na prática, esse acordo estendia a obra de Itaipu de forma que a Argentina também seria contemplada. O aproveitamento dos recursos hidráulicos deveria ir até a foz do Rio da Prata segundo esse novo acordo. Para tanto, foram estabelecidos novos níveis no rio em uma

complicada obra de engenharia, além de desviar o curso do Rio Paraná, foi necessário um investimento total de 17,5 bilhões de dólares, com a usina entrando em funcionamento no dia 5 de maio de 1984.

A questão das hidrelétricas é um bom exemplo de política pendular do Paraguai. Se com o Brasil os paraguaios tiveram o projeto de Itaipu, com a Argentina assinaram acordos para a construção das usinas de Yaciretá e Corpus, dessa forma não só a produção de energia aumentaria, mas o Paraguai não seria unilateralmente dependente de nenhum dos dois gigantes sul-americanos.

Tais esforços passam também por uma dificuldade do Brasil de fazer valer seus planos econômicos junto à comunidade internacional. O Brasil chegou a propor um acordo geral entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Tal acordo foi rejeitado pelas nações do norte o que obrigou os países do sul a cooperarem mais fortemente, o que por sua vez gerou uma reação dos países mais desenvolvidos, pois, como apresentam Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

As concessões feitas pelos países desenvolvidos diante da luta empreendida pelo Brasil, juntamente com o Terceiro Mundo, ficaram muito aquém das expectativas, porém não foram nulas, como se observou no capítulo anterior. Reagiram eles, entretanto, de forma rápida e eficiente, inventando novas modalidades de protecionismo, quando perceberam que tais concessões ameaçavam seus sistemas produtivos. A luta conjunta dos povos atrasados arrefeceu, ante o fracasso das negociações e a reação do Norte, que se desengajou do diálogo com o Sul. O modelo de resposta positiva do Norte foi a nova Lei de Comércio dos Estados Unidos, de 1974, contrária em sua essência aos pontos de vista sustentados pelo Brasil, conforme comunicado do Itamaraty (CERVO, BUENO, 2008, p. 432).

A frustração do Brasil com o acordo geral acabou contribuindo para que o país mantivesse o foco nas suas relações com os demais países da América do Sul, o que se mostrou frutífero até os momentos de crise nos anos 80.

#### **4.A CRISE DOS GOVERNOS MILITARES E UM NOVO MODELO ECONÔMICO**

##### **4.1 O FIM DAS DITADURAS SUL-AMERICANAS E A REDEMOCRATIZAÇÃO**

Nos anos de 1980, as relações internacionais mudam e alteram também o subcontinente da América do Sul. Fator que contribuiu não só para o fim do governo de Stroessner, mas também para o declínio das ditaduras como um todo. Foi uma forte crise econômica que assolou a América Latina. Durante os anos 1970, os países do continente gozaram de um forte desenvolvimento econômico financiados por empréstimos tomados ao governo dos EUA, mas em razão da Crise do Petróleo o governo norte-americano aumentou consideravelmente a taxa de juros, o que acabou prejudicando seriamente os países da América Latina. O México, país muito dependente do comércio com os Estados Unidos chegou a executar uma moratória. Os efeitos dessa crise foram tão severos que os países da América Latina não conseguiram se recuperar plenamente durante todo os anos 1980, o que acabou enfraquecendo os regimes ditatoriais e contribuiu para o surgimento posterior do neoliberalismo no continente (HOBSBAWM, 1995).

Os indicadores econômicos do país não iam bem, uma vez que a bonança após a construção de Itaipu havia acabado. A crise já durava anos e uma oposição começava a se levantar no país, com esse cenário o Partido Colorado começou a temer que Stroessner perdesse o controle do país e Andrés Rodríguez Pedrotti o sucedeu. Após a deposição, Alfredo Stroessner ficou exilado no Brasil até seu falecimento em 2006.

Durante as décadas de 1960 e 1970 deu-se curso a uma forte resistência social às ditaduras na América do Sul. Aos poucos, movimentos sociais se reorganizavam e se opunham aos governos ditatoriais. As pressões dos civis pela reformação dos partidos políticos, o reconhecimento e punição das prisões políticas e torturas realizadas pelo regime e as contestações feitas pelos movimentos sindicais e estudantis que procuravam questionar e enfraquecer as ações dos governos militares ao longo do continente.

Apesar de todos esses pontos em comum, os países da América do Sul também tiveram especificidades em seus processos de transição. No caso da Argentina, por exemplo, a derrota na guerra das Malvinas em 1982 ajudou a incitar a população contra o governo militar uma vez que vários jovens argentinos foram mortos no conflito. No Chile, por sua vez, o fortalecimento dos partidos de esquerda e a crescente insatisfação popular contribuíram bastante para o fim do regime mesmo tendo que lutar contra a popularidade do presidente Augusto Pinochet, que governou o Chile de 1973 até 1990 (VILLAÇA,2013).

Existiu também o que alguns estudiosos chamam de ‘Transição Negociada’, o

que era caracterizada por um processo de redemocratização mais lento, seguindo com algumas leis dos regimes militares bem como enfrentando alguns problemas econômicos que impossibilitavam uma transição para a democracia de imediato.

O Brasil, por exemplo, pode ser considerado um caso de transição negociada uma vez que a redemocratização do país só se deu com uma forte pressão populacional de movimentos como das “Diretas já”, que exigiam eleições diretas para a presidência, a pressão era tanta que em 1979 o presidente João Batista Figueiredo sancionou a Lei de Anistia, que permitiu a libertação de presos políticos e a volta de cidadãos exilados. Mesmo assim, a ditadura brasileira só acabaria oficialmente em 1985 e o país ainda contou com um período de transição de quatro anos até as eleições de 1989.

No caso do Paraguai, os problemas do governo de Stroessner se intensificaram em 1984 com a cisão que passou a existir no Partido Colorado. Logo após Stroessner falhar em eleger o vice-presidente do partido, acabou criando-se uma divisão entre os militantes de Stroessner e grupos tradicionalistas que já consideravam o futuro do partido e do país sem o comandante. A manutenção de Stroessner no poder dependia também de uma boa relação e recursos externos vindos especialmente dos Estados Unidos que buscavam ampliar sua influência na América do Sul, evitando assim que os países do continente vissem com bons olhos a alternativa do comunismo soviético. Com o fim da Guerra Fria, no entanto, a base política externa de Stroessner havia perdido força e aliado a uma forte crise econômica que se deu na América do Sul durante os anos 1980, a situação interna do Paraguai se deteriorou bastante. O Paraguai que sempre havia sido considerado por organizações financeiras como um bom cumpridor de suas obrigações viveu uma situação econômica bastante difícil.

Em 1987, o Paraguai pagou 299,1 milhões de dólares pela amortização de sua dívida, quantidade equivalente a 84% de suas exportações (MUÑOZ, 2011). A crise econômica levou a um crescimento da insatisfação popular, que aliada ao fortalecimento da oposição, ajudaram ao General Andrés Rodríguez a destituir Stroessner em fevereiro de 1989.

Rodríguez, por sua vez, tinha um perfil menos autoritário, tendo se comprometido publicamente a respeitar os direitos humanos e trabalhar pela democratização do país. Um fato notável foi que diferentemente dos seus vizinhos, Brasil e Argentina, o Paraguai não estava buscando voltar para um regime democrático interrompido pela ditadura, mas criar uma democracia plena onde nunca

antes havia existido, um sistema que Rodríguez via como intermediador entre o Estado e a sociedade civil. (ARDITI, 1992).

Pode-se dizer no entanto que dentre as nações sul-americanas que passaram por períodos de ditaduras, o Paraguai foi a que mais teve dificuldades em abandonar o militarismo. Mesmo com presidentes civis, o país teve uma estrutura de legislação herdada dos governos militares e com o Partido Colorado continuando a ter sucesso, agora no período de eleições.

## 4.2 O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO

No fim dos anos 1980, os países da América Latina tentavam sair de uma crise econômica que levou a década a ser conhecida como “década perdida” em um contexto econômico, como já citamos. Em uma conferência realizada pelo *Institute of International Economics*, com a participação de economistas de oito países do continente foi apresentado pelo economista norte-americano John Williamson, um documento com metas a serem alcançadas visando a reestabilização da moeda e um maior liberalismo quanto as leis de mercado, dentre essas metas se destacavam a privatização das empresas estatais, a liberalização do mercado e a não restrição as empresas estrangeiras. Essas medidas teriam que ser alcançadas também como condição para a renegociação das dívidas externas e a obtenção de novos empréstimos de entidades como o Fundo Monetário Internacional.

[...]o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento, que continha dez propostas de reforma econômica, sobre as quais havia amplo consenso em Washington, tanto entre os membros do Congresso e da Administração quanto entre os tecnocratas das instituições financeiras internacionais, agências econômicas do Governo norte-americano, Federal Reserve Board e think tanks. As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade

Essa conferência que viria a ser conhecida como o Consenso de Washington na prática fez com que os Estados Unidos tivesse a entrada de seus produtos facilitada no

continente Latino- Americano logo que não havia mais necessidade de negociar com os governos (BANDEIRA, 2002).

Essa abertura econômica proporcionou de início um considerável crescimento nos países latinos, uma vez que a concorrência foi estimulada e até a gritante inflação conseguiu ser controlada, no entanto, poucos anos após esse crescimento países como Brasil e Argentina sofreram com um pesado endividamento exterior e perda de competitividade no mercado internacional.

De uma maior ou menor maneira os demais países da América Latina também estagnaram ou decresceram nos anos 80. No Paraguai, por exemplo, a economia que não crescia significativamente desde a construção de Itaipu em 1982 acabou se retraindo. Os problemas da sociedade paraguaia eram tantos que até os camponeses tiveram um aumento no desemprego, o que culminou com a marcha dos camponeses sobre Assunção em 2002. O contestado presidente paraguaio Luís González Macchi, por sua vez, autorizou privatizações como a da companhia telefônica, da ferrovia e da companhia de água estatais numa tentativa de evitar uma greve geral e sanar as dívidas estatais.

O Uruguai e o Peru também acabaram sofrendo, o primeiro com um crescente déficit econômico e o seguindo com as privatizações que levaram a uma paralização dos trabalhadores.

O controlador e restritivo modelo econômico das ditaduras militares era simplesmente incompatível com a globalização do mercado. Com a ideologia dita “liberal” saindo vencedora da Guerra Fria era interessante para os países desenvolvidos como os Estados Unidos que os mercados da América Sul se abrissem sem restrições, agora com a inexistência da ameaça do comunismo soviético as ditaduras militares representavam um atraso no processo de globalização. Os EUA, por sua vez, retiraram o apoio que davam a vários países com governos militares, inclusive o Paraguai com o intuito de enfraquecer o regime, passando a divulgar seus ideais de democracia como modelo para o continente sul-americano.

Em suma, o modelo neoliberal de abertura econômica apresentado no Consenso de Washington ajudou inicialmente a América Latina a melhorar os péssimos números econômicos dos anos 1980 e a inserir o continente no mercado global, mas acabou por não se provar sustentável, endividando os países da América do Sul e fragilizando sua economia interna, o que acabou ajudando a construir crises econômicas

e sociais.

## CONCLUSÃO

No presente artigo, objetivamos uma passagem por três momentos-chave na história das relações entre o Brasil e o Paraguai: o período da guerra do Paraguai, o início do governo de Stroessner e o seu fim. Foi importante notar como as necessidades econômicas quase sempre foram o motivador da cooperação. Para o Paraguai, a guerra havia deixado um sentimento de que o Brasil era o país que havia custado tantas vidas de seus cidadãos além de acabado com desenvolvimento do qual o país gozava antes do conflito.

Com a ascensão de Stroessner ao poder, no entanto, viu-se uma nova possibilidade de entendimento entre os países. O fato de ambos os países passarem a ter o mesmo alinhamento ideológico com o início da ditadura militar no Brasil em 1964 contribuiu, mas acordos já vinham sendo costurados antes mesmo disso, o que demonstra que ambos os países estavam dispostos a deixar de lado rixas passadas, fossem pela guerra, ou no caso de territórios como o de sete quedas que encerrou uma disputa ancestral.

Foi importante verificar também que os anos 1970 compreenderam tanto o auge nos planos de cooperação entre dois países como também o início do fim crescimento econômico que houve nos dois países durante o período ditatorial.

Já nos 1980, foi interessante observar o que a aproximação dos países gerou, não só em grandes obras de infraestrutura como Itaipu, mas também uma política de cooperação que iria perdurar além daquela época. A construção das ditaduras militares também chamou bastante atenção, como fatores externos contribuíram para o início e para o final das ditaduras na América do Sul, como os EUA usaram os governos militares para garantir uma zona de influência na região e com o fim da guerra fria, quando o militarismo não era mais necessário, o mesmo não se sustentou sem o apoio dos EUA.

Com o fim das ditaduras, o então modelo militarista foi substituído pelo modelo econômico neoliberal, tendo em vista que era interessante para os EUA a chegada de seus produtos no continente sul-americano. A fase de reestruturação econômica da América do Sul contou com uma integração mais forte entre os grandes países do continente, advindo também de uma boa relação construída pelos países durante o

período militar. O surgimento de um bloco econômico como o Mercosul, por exemplo, seria impossível sem que os países houvessem firmado acordos de parceria econômica anteriormente.

Por fim, a história da relação do Brasil e do Paraguai é marcada por um grande conflito, disputas sobre recursos naturais, um longo período de pouca interação entre os dois países e a partir da segunda metade do século XX a construção de uma base sólida que contribuiu para a melhora econômica dos dois países e do continente como um todo.

### **ABSTRACT**

In the second half of the twentieth century several South American countries were governed by military dictatorships, but the Paraguayan case was unique. During a period of 35 years under the command of General Alfredo Stroessner, he changed it's foreign policy. Thus, the country revisited it's history, put aside rivalries emerged from war, signed economic agreements with Brazil and contributed to the continent's regional integration. The purpose of this article is mainly to demonstrate how the approximation between Brazil and Paraguay during their respective military governments contributed to the emergence of an economic bloc like Mercosul. In order to do so, a research was carried out over an extended period of time that comprised from the years before the Paraguayan War in the 1860s until shortly after the military administrations in South America, keeping the focus on the “Stronista” period from 1954 to 1989, when the approximation between the two countries was the result of a search for an accelerated development in a short period of time that the two countries had at the time, it was also noticed that the external influence in South America was determinant for the emergence and maintenance of military governments in the continent.

**Keywords :** Development. Dictatorship. Bilateralism. Regional Integration.

## REFERÊNCIAS

- ARDITI, Benjamín. **Adíos a Stroessner. La Reconstrucción de la política en el Paraguay.** 1992.
- BANDEIRA, L. A. Moniz. **A Guerra do Chaco. Rev. bras. polít. int.** vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998.
- BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional.** 45 (2), 2002
- BETHEL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. Introdução – a Conjuntura do Pós-Guerra na América Latina In.: **Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria.** Trad. Gilson César Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 17-58
- Birch, Melissa. 1988. "**La Política Pendular: Política de desarrollo del Paraguay en la pos-guerra**".
- CAWTHORNE, Nigel. 2015. **História Viva- 100 Tiranos.** Editora Ediouro.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980
- CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.** Brasília: Funag/Ibri, 2007
- CHIAVENATTO, Julio José (1988). **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai** 22<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense.
- COLMAN, Emilio Alapanian. O caso Sete Quedas: identidades e imagens do Brasil e do Paraguai nos jornais O Estado de São Paulo e La Tribuna.2014. **Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC 2014 – Niterói – Rio de Janeiro**
- DEBERNARDI, Enzo. **Apuntes para la Historia de Itaipu.** Assunción, Paraguai, Editorial Gráfica Contunua S. A. 1996.
- DORATIOTO, Francisco. **O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1996
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai- Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954).** Fundação Alexandre Gusmão, 2012..
- ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as águas da discórdia.** Niterói: ABED. 2008.
- FARIÑA e IBARRA, Cristina Raquel Pereira e Gúzman. **A consolidação do regime de Stroessner e a Guerra Fria.**2014.

HIRST, Monica. As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu. **Política Externa**. Vol. 14, nº 3, dez-jan-fev 2005-2006, pp. 11-21.

HOBBSAWM, Eric: **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª edição. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IZELCKSON, Vitor. A guerra do Paraguai. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Império (1808- 1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.385-420

MASI, Fernando. Paraguai- Brasil e o Projeto Mercosul. **Política Externa**. Vol. 14, nº 3, dez-jan-fev 2005-2006, pp. 23-32.

MENEZES, Alfredo da Mota. 1987. **A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Editora Papirus.

MORAES, Ceres. 2000. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner, 1954-1963**.

MORAES, Ceres. 2003. **As políticas externas do Brasil e da Argentina; o Paraguai em jogo (1939-1954)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC-RS.

MUÑOZ, Jesús Muñoz. 2011. Paraguay: la difícil transición hacia la democracia.

PFEIFER, Alberto; ROBERTO, Teixeira da Costa. Paraguai e Brasil: aspectos da relação bilateral e a evolução do Mercosul.. **Política Externa**. Vol. 14, nº 3, dez-jan-fev 2005-2006, pp. 41-56

ROSSI, Clóvis. **Militarismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1982

SILVA, Ronaldo A. do Amaral. **Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973**. Dissertação de mestrado. Brasília: Unb. 2006.

SOSTOA, Osmar; CÁCERES, Oscar; ENCISO, Horacio. “La economía paraguaya durante la dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). 2012.

VERBUG, M. Mercosul: Expectativas e Realidade. **Revista do BNDES**, v.9, n.17.

SOUSA, Fabio Ribeiro. O revisionismo histórico da Guerra do Paraguai no cinema paraguaio: reprodução e disseminação.2013.Revista de Historia da UEG.

VILLAÇA, Mariana Martins.. A redemocratização na América Latina.2013.

**ANPHLAC- Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas**